

As Escolas Comunitárias Rurais



**A EXPERIÊNCIA DE
JAGUARÉ - ES
1989/1992**

6

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



APOIO



MEC

Ministério da Educação e do Desporto

Jaguaré, no Espírito Santo, onde a pressão das grandes empresas de reflorestamento e de fazendeiros de municípios próximos vem gerando um processo de concentração de terras e de êxodo rural, criou um singular sistema de ensino voltado para o homem do campo. Com pouco mais de 17 mil habitantes, cerca de 8.800 homens e 8.200 mulheres, 60 por cento vivendo na área rural, Jaguaré decidiu que a educação deveria respeitar as características agrícolas da população. Em sua maioria pequenos e médios proprietários, mas também muitos trabalhadores rurais, os habitantes de Jaguaré, em conjunto com a Prefeitura, puseram em funcionamento o que chamaram de escolas comunitárias rurais, uma forma de educar o homem do campo sem tirá-lo de lá nem trabalhar contra sua natureza, ao contrário, estimulando-a.

Cada escola tem um conselho administrativo, presidido por um agricultor e, estejam elas em prédio próprio ou não, utilizam uma área para o desenvolvimento de pequenos projetos agrícolas, que constituem parte do currículo. Ainda que sejam pobres, os moradores de Jaguaré arcam com parte dos custos da nova escola e, sobretudo, garantem o funcionamento do sistema, oferecendo espaço, instalações, abrigo e comida a alunos e profissionais do ensino. A experiência das escolas comunitárias rurais, entretanto, apesar dos resultados, ainda não se consolidou. Sua continuidade em 1993 é incerta, o que gera um clima de apreensão e insegurança entre os moradores, a tal ponto que os conselhos administrativos das escolas já começaram a se movimentar para garantir que elas sobrevivam e se expandam, continuando a cumprir o papel de levar a educação ao homem do campo.

Vontade política busca juntar ensino e realidade

Envolvida com a necessidade de educar cerca de 3.300 crianças, tanto na área urbana como na área rural, Jaguaré conta com 28 escolas estaduais e 20 municipais. A Prefeitura desenvolve ainda programas de creches e pré-escola, de educação para alunos com problemas, de alfabetização de adultos servidores públicos e, até, de atendimento de meninos de rua. Das 48 escolas que existiam em Jaguaré, em 1989, 40 localizavam-se na zona rural, mas ofereciam apenas o ensino de 1ª a 4ª séries. Só quatro escolas, todas localizadas na área urbana, levavam o ensino até a 8ª série.

A sazonalidade do trabalho rural, ocasionando a retirada do aluno da escola em época de colheita, para ajudar nos afazeres do campo e da casa, contribuía para a evasão, a repetência e a defasagem entre a idade dos alunos e a série que cursavam. Não havia qualquer mecanismo para atenuar os problemas. Esse quadro, que não é exclusivo de Jaguaré, mas um fenômeno brasileiro, estabelecia uma contradição entre a realidade sócio-econômica do município e a educação. Enquanto a realidade exigia uma educação que considerasse as características agrícolas do aluno e, ao mesmo tempo, possibilitasse acesso ao conhecimento escolar, melhorando as condições de vida, o processo educacional urbanizava a criança do campo, até estimulando que ela (e a família) se mudasse para os centros urbanos para poder continuar a estudar.

Mas havia vontade política de mudar isso, sobretudo graças à influência da *Igreja e do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo*, o Mepes, há 20 anos presente em todo o estado e que defende uma educação voltada para a vocação do município -- uma pioneira *Escola-Família do Mepes* formou muitos dos líderes que hoje participam das atividades desenvolvidas em âmbito comunitário.

A comunidade toma a decisão de criar as escolas rurais

Em 1989, um novo governo se instalou em Jaguaré. Propunha uma gestão de participação popular, incentivando as comunidades a se organizar em associações e sindicatos, para discutir seus problemas e reivindicar seus direitos. Uma das metas era evitar o êxodo rural, adotando medidas para a melhoria das condições de vida na área rural. As comunidades participaram das discussões, identificaram áreas problemáticas, sugeriram soluções e estabeleceram as prioridades de atendimento, dentre as quais se destacavam medidas voltadas para a educação.

Na educação, o que os moradores de Jaguaré queriam eram escolas de 1º e 2º graus, que atendessem às várias comunidades rurais, propiciando uma educação de qualidade que não afastasse os alunos de sua realidade e respeitasse as atividades desenvolvidas no campo. Ficou acordado que seriam criadas escolas comunitárias rurais, destinadas a alunos entre 11 e 17 anos, oferecendo ensino entre a 5ª e a 8ª séries, ficando a *Escola-Família do Mepes* com o ensino de 2º grau. Mais tarde, essas escolas se juntariam às escolas unidocentes, proporcionando, também, o ensino de 1ª a 4ª séries.

Durante as discussões, as comunidades definiram a escola que queriam, os critérios para sua localização e elegeram representantes para compor, com a Secretaria Municipal de Educação, uma Comissão Municipal Provisória, à qual caberia, entre outras tarefas, manter a unidade dessas escolas. A comunidade também se dispôs a arcar com parte dos custos decorrentes das novas escolas. Para sediá-las, foram escolhidas localidades que, além de congregar um número considerável de comunidades num raio de quatro quilômetros, tivessem moradores em condição de abrigar, para dormir, alunos que não morassem na vizinhança.

Tentava-se garantir o atendimento a toda a demanda de 5ª a 8ª séries de comunidades próximas da escola. Com base nesses critérios, foram escolhidas as comunidades de São João Bosco, Giral e Japira. O Departamento responsável pela educação em Jaguaré foi transformado em Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ganhando autonomia e incorporando ao seu pessoal, através de concurso, um coordenador pedagógico para as escolas de 1º grau, um orientador educacional e um coordenador pedagógico para as creches e pré-escolas. Em 29 de dezembro de 1989, foram criadas as escolas comunitárias rurais de São João Bosco e do Giral, que começaram a funcionar em 1990. Em 26 de fevereiro de 1992, surgiu a *Escola Comunitária Rural de Japira*, que começou a funcionar no mesmo ano. Está em estudos a criação de uma nova escola em São João do Estivado.

Integrando tempo de estudo e de trabalho

O ponto de partida do processo educacional que se desenvolve nas escolas comunitárias rurais de Jaguaré é a própria realidade do aluno, suas vivências, seus costumes, as formas de produção, o trabalho e as relações que são partes integrantes de sua vida. Isso levou à metodologia própria, envolvendo conceitos e instrumentos como *alternância*, *semi-internato*, *ação comunitária*, *ficha de pesquisa* e *caderno da realidade*.

Num regime de *alternância*, o tempo de formação dos alunos compreende períodos de atividades concentradas na escola, alternados com períodos de atividades desenvolvidas em casa e na comunidade, com o aluno engajado no trabalho. Os períodos de atividade concentradas na escola desenvolvem-se em regime de *semi-internato*. Por uma semana, dependendo do local em que more, o aluno vem para a escola pela manhã e volta para casa à tarde, podendo hospedar-se na escola ou em casas cedidas pelos moradores. Através de trabalhos e vivências em grupo, os alunos analisam juntos sua própria realidade e a de seus colegas. Esse exercício contribui, entre outras coisas, para a recuperação e a valorização de hábitos sociais.

Os períodos vividos na família e na comunidade são momentos em que o aluno consolida e socializa os conhecimentos adquiridos. Servem também para que ele colha informações sobre sua realidade, que desencadearão novas atividades e conhecimentos na escola. Isto é chamado de *ação comunitária*, momentos em que a família acompanha e participa do processo educativo do aluno e, junto com a comunidade, colabora na elaboração das atividades planejadas pela escola que o aluno traz para casa. Um questionário, *as fichas de pesquisa*, que o aluno elabora na escola, sob a orientação dos monitores, para ser respondido em casa, pela família e outras pessoas da comunidade, é o instrumento que desencadeia o processo educativo. Na escola, as respostas são analisadas, discutidas e sistematizadas pelos alunos e professores, servindo de base para o planejamento e o desenvolvimento de todas as atividades de ensino.

O estudo que o aluno faz sobre os diversos aspectos de seu meio social durante o curso, envolvendo os pais, as pessoas da comunidade e com a orientação dos monitores é chamado de *estudo da realidade*. Decorre do desenvolvimento das fichas de pesquisa. Os resultados são registrados no *caderno da realidade*. O currículo das escolas comunitárias rurais, além das disciplinas obrigatórias de 1º grau, incorpora disciplinas como zootecnia, agricultura e prática na propriedade. Os temas são trabalhados por bimestre, compreendendo cinco períodos. Em cada período, o aluno alterna uma semana de atividades na escola com uma semana de atividades em casa, o que atende às necessidades da comunidade, permitindo o estudo e a ajuda nos trabalhos de casa e da lavoura. O calendário de funcionamento da escola se ajusta a essas peculiaridades e, sem ferir a lei no que tange ao mínimo de dias letivos a serem cumpridos, contribui para a redução dos índices de evasão escolar.

Novo modelo de gestão: descentralização e democracia

O projeto das escolas comunitárias rurais exigiu um novo modelo de gestão, caracterizado pela descentralização e pela democracia. A escola passou a ter sua política própria e ganhou autonomia em relação à Secretaria de Educação. O poder e a autoridade para a tomada de decisões nas áreas administrativa e pedagógica passaram a ser exercidos por instituições escolares compostas por representantes dos vários segmentos envolvidos no processo educativo, como o Conselho Administrativo, a assembléia geral da escola, a coordenação e a equipe de monitores.

O Conselho Administrativo responde pelo recrutamento de novos alunos, através da conscientização dos pais e da comunidade sobre as características educacionais. Responde também pelo acompanhamento e avaliação do aluno e propõe, com a equipe de monitores, o calendário das atividades. Compõem o Conselho o coordenador (diretor) e secretário da escola, um representante de cada comunidade atendida, eleito pela própria comunidade, um representante dos pais, eleito em assembléia geral, e um representante dos alunos, eleito por seus colegas.

O Conselho Administrativo elege um de seus membros -- necessariamente um agricultor - para exercer as funções de presidente. A ele cabe representar a escola em todos os eventos, convocar e presidir as reuniões do Conselho, fiscalizar o funcionamento da escola e empenhar-se na manutenção de seus princípios. A assembléia geral da escola é constituída por representantes das famílias dos alunos, pelo Conselho Administrativo e pela equipe de monitores. Entre outras tarefas, cabe à assembléia tomar decisões sobre as atividades administrativas e pedagógicas.

A equipe de monitores reúne professores e serventes, que se responsabilizam pelas atividades docentes e assumem funções de ordem administrativa. A Comissão Municipal das Escolas Comunitárias rurais é composta pelos presidentes das escolas, pelos coordenadores e por um representante da Secretaria Municipal de Educação. Além de promover a articulação com a Secretaria de Educação e de outras atividades, compete à Comissão Municipal manter a unidade pedagógica das escolas e formar a equipe docente de cada escola.

Custos ameaçam continuação do projeto

Para que as escolas começassem a funcionar, foi preciso recrutar professores e técnicos agrícolas, pois a rede municipal não estava preparada para o novo tipo de ensino e tinha apenas oito professores de escolas unidocentes (de 1ª a 4ª séries). Um concurso público, realizado em 1989, resolveu parte do problema. Não se conseguiu pessoal com a qualificação exigida pelas normas legais. Mas foi possível recrutar professores com formação para o magistério de 2º grau e técnicos agrícolas também desse nível. Outras pessoas foram contratadas, embora sem a qualificação desejada. Muitos receberam mais um ano de estudos específicos no Centro de Formação de Pessoal do Mepes.

Hoje, as escolas comunitárias rurais contam com a total aceitação dos segmentos envolvidos no projeto. A escola ganhou prestígio no seio da comunidade porque veio ao encontro de seus anseios. Considerou a realidade rural como ponto de partida e de chegada do processo educativo da criança do campo, sem afastá-la de seu meio. Atuou como agente provocador de mudança de hábitos e do nível de consciência da população do campo. E tem contribuído para a redução dos índices de evasão e para a universalização do ensino em toda a área rural.

Pais de alunos, líderes comunitários e equipe de trabalho concordam de que deve ser assegurada a continuidade da experiência e que é possível e desejável a expansão das escolas comunitárias rurais para outras comunidades. Mas, apesar de dividir os custos com a comunidade, a Prefeitura Municipal de Jaguaré, que aplica em educação mais do que é legalmente obrigada a fazer, ainda está longe de poder bancar os custos da ampliação do projeto das escolas comunitárias rurais. ☺